



EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO COMPARATIVO

INFORMATION DISCLOSURE BY COMMUNITY INSTITUTIONS OF HIGHER EDUCATION: A COMPARATIVE STUDY

Leonir Oliveira Pereira¹
 Rosane Maria Seibert²
 Raiziane de Cássia Freire da Silva³
 Neusa Maria da Costa Gonçalves Salla⁴

RESUMO

Este estudo objetivou verificar quais são as informações evidenciadas pelas Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES) em suas páginas eletrônicas de Internet. Por meio de uma métrica contendo categorias, e seus respectivos itens, provenientes da revisão teórica-empírica e do *Global Reporting Initiative* (GRI), analisou-se a evidenciação feita nas páginas eletrônicas de Internet de três ICES localizadas na mesorregião noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Os resultados mostram que é pouca a evidenciação de informações relevantes como, por exemplo, de caráter econômica e financeira, enquanto nenhuma informação de cunho ambiental encontrou-se disponível. Já as informações sobre governança e sistemas foram as mais evidenciadas e presentes em todas as ICES verificadas. Também, verificou-se a evidenciação de outras informações não pertencentes à métrica da pesquisa, e que podem ser consideradas como diferenciais de cada uma das ICES. A pesquisa contribui com o tema evidenciação, mostrando que apesar de ser importante para atender aos princípios de transparência e prestação de contas da governança, ela ainda é pouco explorada pelas organizações. Por outro lado, devido a amostra estar restrita a apenas três ICES, sugere-se que novos estudos sejam realizados com um número maior de ICES e/ou que abranja outras Instituições de Ensino Superior.

Palavras-chave: Evidenciação; ICES; Métrica de informações.

ABSTRACT

This study aimed to verify what information is presented by the Community Institutions of Higher Education (CIHE) in its Internet pages. By means of a metric containing categories, and their respective items, from the theoretical-empirical review and the Global Reporting Initiative (GRI), we analyzed the evidence made on the Internet pages of three ICES located in the northwest mesoregion of the State of Rio Grande do Sul. The results show that there is little evidence of relevant information, such as economic and financial, while no environmental information was available. On the other hand, the information on governance and systems was the most evident and present in all verified ICES. Also, the verification of other information not belonging to the metric of the research, and that can be considered as differentials of each one of the ICES, was verified. The research contributes to the issue of disclosure, showing that although it is important to meet the principles of transparency and accountability of governance, it is still little explored by organizations. On the other hand, because the sample is restricted to only three ICES, it is suggested that new studies be performed with a larger number of ICES and / or other higher education institutions.

Keywords: Disclosure; ICES; Information metrics.

¹ Especialista em Finanças Empresariais e Controladoria pela URI – Campus de Santo Ângelo.

² Doutora em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, professora do PPG em Gestão Estratégica de Organizações da URI – Campus de Santo Ângelo.

³ Mestre em Gestão Estratégica de Organizações pela URI – Campus de Santo Ângelo.

⁴ Doutora em Administração e Contabilidade pela FURB, professora do PPG em Gestão Estratégica de Organizações da URI – Campus de Santo Ângelo.



INTRODUÇÃO

A educação é um direito do cidadão e o principal instrumento para promoção de oportunidades iguais, no que se refere ao mercado de trabalho e participação social (SCHWARTZMAN, 2005). Nesse sentido, as Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES), um tipo de organização com fins não econômicos, assumem um importante papel por prestarem serviços educacionais, atendendo a sociedade na qual o governo não consegue chegar e fornecer tal serviço na quantidade demandada (HANSMANN, 1980; HARRISON; LAINCZ, 2008; ZAINON; ATAN; WHAN, 2014)

Assim como qualquer organização pertencente ao Terceiro Setor, as ICES tem desafios a serem enfrentados como, por exemplo, a legitimidade, no que diz respeito à transparência e formalidade de suas ações, e a sustentabilidade, tanto financeira como humana (SALAMON, 2004). A legitimidade é concedida pelos *stakeholders* das ICES, pois são eles que detêm o poder de legitimá-las e permiti-las continuarem atuando, ou não, na sociedade onde estão inseridas (PHILLIPS, 2003), bem como sustentando-as pelo consumo de seus produtos e serviços (SEIBERT; MACAGNAN, 2017). Logo, a evidenciação desempenha um importante papel por estabelecer a comunicação entre as ICES e seus *stakeholders*, principalmente por eles utilizarem dessas informações como base para escolher seus produtos e serviços.

Nesse contexto, Bushman e Smith (2003, p.72) realçam que a evidenciação é de caráter indispensável para analisar as oportunidades de investimentos sociais e tomada de decisão, tanto no que tange a doações quanto para outros fins. Sob esse princípio, a evidenciação é uma ferramenta para a diferenciação de uma ICES perante as demais na apresentação de suas estratégias, desempenho e diferenciais competitivos. Por outro lado, a quantidade e a qualidade, das informações evidenciadas são fatores que demandam atenção, uma vez que o principal objetivo da evidenciação é fornecer informações úteis aos seus usuários (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). Assim, surge a questão: quais são as informações evidenciadas pelas ICES em suas páginas eletrônicas de *Internet*?



Desse modo, este estudo buscou verificar quais as informações evidenciadas pelas ICES em suas páginas eletrônicas, a partir da identificação de categorias, e seus respectivos itens, considerados relevantes para a evidenciação. Também, buscou-se observar as informações que estão sendo evidenciadas, para além daquelas pertencentes a métrica da pesquisa. Com as evidências encontradas, procedeu-se análise comparativa das páginas eletrônicas das ICES estudadas.

A opção de verificar a evidenciação das ICES em suas páginas eletrônicas de *Internet*, ocorreu devido ao número cada vez maior de usuários que buscam informações das Instituições por esse meio de comunicação (DYCK; ZINGALES, 2002). Com os avanços tecnológicos e a velocidade com que a informação tem se propagado, a *Internet* se configura como importante ferramenta de relacionamento entre Instituições e *stakeholders*, e utilizá-la para a popularização de informações úteis é uma estratégia para atingir números maiores de usuários com um baixo custo (FIFKA, 2013; MENDES-DA-SILVA et al, 2009; MORHARDT, 2010; SANTOS; OHAYON; PIMENTA, 2017).

Além desta introdução, este estudo é composto pela revisão da literatura que deu suporte a pesquisa e pelos procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da mesma. No capítulo três tem-se a apresentação e a análise dos resultados obtidos e, por fim, constam as considerações finais.

REVISÃO DA LITERATURA

Por evidenciação entende-se a divulgação de informações relevantes, quantitativas e/ou qualitativas, financeiras e não financeiras, de forma clara e tempestiva, para que os usuários da informação compreendam as atividades organizacionais, bem como os riscos que as envolvem, podendo ocorrer tanto obrigatória como voluntariamente (DANTAS; et al., 2004; GIBBINS; RICHARDSON; WATERHOUSE, 1990). A evidenciação obrigatória é aquela realizada para cumprimento legal, ao contrário da voluntária que evidencia informações para além das exigidas legalmente e são escolhidas de acordo com as estratégias e políticas de evidenciação das organizações (BOFF, 2007; DANTAS et al., 2004). No entanto, em



qualquer dos casos, para mais de ser adequada, ou seja, relevante para os usuários, ela deve ser completa, justa e verdadeira. Por justa entende-se a evidenciação ética e igual para todos seus usuários (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

A questão da evidenciação e seu nível de extensão é discutido no meio acadêmico, considerando seus prós e contras, isto é, os custos e os benefícios de evidenciar. Estudiosos como Dye (1986), Verrecchia (2001) e Wagenhofer (1990) destacam como custos da evidenciação, dentre outros, a perda de vantagem competitiva acarretada pela evidenciação de informações estratégicas e os custos com a elaboração e a publicação da informação, argumentando que são influenciadores no baixo nível de evidenciação por parte das organizações.

Por outro lado, estudos como de Gray e Bebbington (2001), Deegan (2002), O'Donovan (2002), Yusoff, Lehman e Nasir (2006), Cho e Patten (2007), Michelon (2011), Rover et al. (2012), Zainon, Atan e Wah, 2014 e Cormier e Magnan (2015), apontam várias razões para evidenciar, não apenas compulsoriamente como voluntariamente, entre as quais destacam-se: desenvolver imagem organizacional, melhorar o desempenho econômico, antecipar-se a ações regulatórias e/ou pressões sociais, atração de benefícios políticos, reconhecimento dos direitos dos *stakeholders* e cumprimento das expectativas assumidas com o contrato social entre a organização e a sociedade.

Desse modo, o que define o quanto evidenciar é o equilíbrio entre o custo e o benefício da evidenciação, bem como as expectativas que os *stakeholders* têm sobre as organizações. O que leva a necessidade de definição de estratégias e políticas organizacionais, com relação a evidenciação das informações, para que os benefícios sejam superiores aos custos de produzi-las (DYE, 1986, VERRECCHIA, 2001).

A importância da evidenciação é sustentada por algumas teorias sociais, sendo a da legitimidade a que mais se sobressai (CORMIER; MAGNAN, 2015; DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002; YUSOFF *et al.*, 2006). Segundo os pressupostos da teoria da legitimidade, as organizações e a sociedade são regidas por um contrato social onde estão representadas as expectativas implícitas e explícitas, de ambas as partes, referente como as mesmas devem operar (DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002;



SHOCKER; SETHI, 1973). Assim, as organizações devem cumprir com as expectativas estabelecidas no contrato social e retornar algo do interesse à sociedade, ou seja, proporcionar benefícios sociais à comunidade objetivando se legitimar perante a mesma (LINDBLUM, 1994; SHOCKER; SETHI, 1973; SUCHMAN, 1995).

Conforme Boff (2007), quando uma organização se estabelece em um novo ambiente, a mesma tem a escolha de aceitar e ajustar-se aos valores sociais instituídos e legitimados, o que mitiga a possibilidade da não aceitação. Por outro lado, pode-se escolher ignorá-los e permanecer com valores próprios, porém estará colocando em risco a sua legitimidade, em virtude das diferenças comportamentais existentes em relação ambas. Nesse sentido, Lindblom (1994), afirma que as organizações devem se inserir em ambientes onde seus valores sociais são compatíveis.

Os valores sociais não são estáticos e as organizações devem acompanhar tais mudanças a fim de não perder sua legitimidade e o contrato social não seja rompido, acarretando, por sua vez, penalidades econômicas, sociais e jurídicas para a organização (DEEGAN, 2002; LINDBLUM, 1994; O'DONOVAN, 2002). No entanto, faz-se necessário que as organizações evidenciem aos seus *stakeholders*, que são os que possuem poder para legitimá-las, demonstrando que ambos valores estão em consonância e que esforços estão sendo realizados em prol do cumprimento do contrato social e da legitimação organizacional (COMIER; MAGNAN, 2015; DEEGAN, 2002; MICHELON, 2011; O'DONOVAN, 2002; PHILLIPS, 2003).

Nesse sentido, evidenciação é uma ferramenta em favor da legitimidade da qual a organização pode se utilizar para gerir a percepção dos seus *stakeholders*, objetivando conseguir ou manter sua posição de legítima (CHO; PATTEN, 2007; COMIER; MAGNAN, 2015, DEEGAN, 2002; LINDBLUM, 1994; O'DONOVAN, 2002). Assim, o tipo de informações a ser evidenciada dependerá do objetivo da legitimação da organização (CORREA *et al.*, 2015).

Considerando o custo da evidenciação e a quantidade de interessados nas informações evidenciadas pelas organizações, a *Internet* tem se destacado como um recurso alternativo com capacidade para atingir vários usuários a um custo baixo, em



comparação aos meios tradicionais (FIFKA, 2013; MORHARDT, 2010; SANTOS; OHAYON; PIMENTA, 2017). Desse modo, Kelton e Yang (2004) salientam que a *Internet* é um meio eficiente para as organizações aumentarem o nível de evidenciação de suas informações, com flexibilidade para apresentá-las, melhorando a comunicação com seus *stakeholders* e reduzindo os custos dessa evidenciação, no que tange aos custos de preparar as informações e disponibilizá-las.

Na sequência, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para a pesquisa.

PROCEDIMENTO METODOLOGICO

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e descritiva (VERGARA, 2014), cuja coleta de evidências foi realizada por pesquisa documental e observação não participante nas páginas eletrônicas de *Internet* das ICES pertencentes à amostra. Objetivando selecionar a amostra, consultou-se o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúcha (COMUNG) e, das 15 Instituições consorciadas, escolheu-se, por acessibilidade, as três ICES localizadas na mesorregião noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Para coleta de dados, definiu-se os itens que compõe a métrica da pesquisa a partir da revisão da literatura teórica e empírica de estudos publicados por Patten (1992), Gray, Kouhy e Lavers (1995), Hackston e Milne (1996), Bushman, Piotroski e Smith (2004), Yusoff et al. (2006), Archel, Fernández e Larrinaga (2008), Murcia et al. (2008), Mendes-da-Silva et al. (2009), Michelin (2011), Rover et al. (2012), Silva e Macagnan (2012), Marquezan et al. (2015), Seibert e Macagnan (2015; 2017), Silva et al. (2015), bem como o *Global Reporting Iniciate* (GRI, 2016). Os itens estão demonstrados no Quadro 1:



Quadro 1- Categorias e itens que compõe a métrica da pesquisa

Categorias	Itens
Ambiental	Políticas e desempenhos ambientais relacionados a processos, produtos e serviços.
	Investimentos ambientais
	Educação e pesquisa ambiental
	Menção relativa à sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável
Econômica e Financeira	Aspectos estratégicos
	Demonstrações financeiras
	Resultado do exercício
	Grau de liquidez
	Investimentos
	Grau de endividamento
	Crescimento ou decréscimo das Receitas
	Preço dos produtos / serviços (cursos, assessorias, projetos, etc.).
	Custo dos produtos (cursos, assessorias, projetos, etc.).
Governança e Sistema	Estrutura organizacional
	Identificação dos dirigentes
	Remuneração dos dirigentes
	Normas institucionais
	Mecanismos de governança (auditoria interna, controladoria e controles internos)
	Contador responsável
	Auditoria externa responsável
	Composição dos conselhos / Comitês
	Educação à distância
	Outras Unidades / Filiais

No total foram 23 itens selecionados para a pesquisa e, após relacioná-los em uma planilha Excel, foi realizada a busca nas páginas eletrônicas das ICES. Para tanto, utilizou-se a opção de busca da *website* e observou-se palavras chaves, termos similares ou expressões. Não sendo suficiente, procedeu-se a leitura de relatórios e documentos disponíveis para consulta em observação não participante em todo o *website* das ICES. Os itens evidenciados receberam peso 1 e os não evidenciados, peso 0.

Para analisar as informações evidenciadas optou-se pela técnica de análise de conteúdo. Esta técnica de análise pode ser aplicada em conteúdos extremamente diversificados. Além disso, a análise de conteúdo admite a organização de informações qualitativas em categorias auxiliando o processo de dedução acerca dos conhecimentos que se referem às condições de produção / recepção (variáveis inferidas) das mensagens (BARDIN, 1977).

A seguir, apresenta-se os resultados encontrados.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da métrica contendo itens sugeridos para a evidenciação das ICES, procedeu-se as análises e os resultados obtidos se subdividem aquilo que as ICES evidenciam da métrica criada e aquilo que elas evidenciam além dessa métrica que pode ser de interesse dos públicos para a legitimação das mesmas.

No Quadro 2 apresenta-se os itens da métrica, pesquisados nas páginas eletrônicas das ICES, no entanto, somente os que estão sinalizados com um “X” foram evidenciados pelas Instituições.

Quadro 2 - Evidenciação dos itens por ICES

Categorias	Itens	ICES	ICES	ICES
Ambiental	Políticas e desempenhos ambientais			
	Investimentos ambientais			
	Educação e pesquisa ambiental			
	Menção relativa à sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável			
Econômica e Financeira	Aspectos estratégicos			X
	Demonstrações financeiras			X
	Resultado do exercício			X
	Grau de liquidez			
	Investimentos			X
	Grau de endividamento			
	Crescimento ou decréscimo das receitas			X
	Preço dos produtos / Serviços (cursos, assessorias, projetos, etc.)	X	X	X
	Custo dos produtos (cursos, assessorias, projetos, etc.)			X
Governança e Sistema	Estrutura organizacional		X	X
	Identificação dos dirigentes	X	X	X
	Remuneração dos dirigentes			X
	Normas institucionais	X	X	
	Mecanismos de governança (auditoria interna, controladoria e controles internos)		X	
	Contador responsável			
	Auditoria externa responsável			
	Composição dos conselhos / Comitês		X	X
	Educação à distância	X	X	X
	Outras Unidades / Filiais		X	X

A ICES 3 foi a que mais evidenciou informações da métrica aos seus *stakeholders*, totalizando 13 itens dos 23 possíveis de serem evidenciados, porém, alguns deles se encontravam desatualizados. A ICES 1 evidenciou apenas 4 itens,



configurando-se como a menor evidenciação desta pesquisa. Em ambos os casos, os itens estão alocados na categoria Econômica e Financeira e Governança e Sistema.

Quando observado por categoria, constatou-se que nenhum dos itens da categoria ambiental foram evidenciados nas páginas eletrônicas das ICES consultadas. De acordo com Nossa (2002), para que os *stakeholders* percebam com transparência os impactos ambientais provocados pelas Instituições, é preciso que sejam evidenciadas informações ambientais. Ressalta-se que a ausência dessas informações não denota que a ICES possua uma postura ambiental contrária a esperada pelos seus *stakeholders*, no entanto, para que a legitimidade seja reconhecida é preciso que os mesmos saibam qual a conduta ambiental adotada pela ICES, e a evidenciação é o meio de transmitir essas mensagens (COMIER; MAGNAN, 2015; DEEGAN, 2002; O'DONOVAN, 2002).

Os itens da categoria Econômica e Financeira foram evidenciados em maior número na ICES 3, representando 77,78% dos itens, ou seja, 7 itens evidenciados dos 9 possíveis para essa categoria. Cabe ressaltar que o objetivo das informações econômicas e financeiras é permitir aos *stakeholders*, compreenderem a situação econômica, financeira e patrimonial da Instituição e a evolução comparada a períodos anteriores, dando subsídios para levantar tendências futuras e, por conseguinte, proporcionar que sejam tomadas as melhores decisões (IUDÍCIBUS et al., 2003). A ausência dessas informações pode prejudicar a análise dos *stakeholders* quanto a performance da organização e impactar negativamente na sua legitimação, uma vez que, a transparência econômica e financeira é fundamental para o reconhecimento da legitimidade (LINDBLOM, 1994; PATTEN, 1992; SEIBERT; MACAGNAN, 2015).

No que se refere aos itens da categoria Governança e Sistema, a ICES 2 foi a que mais evidenciou informações, representando 70% dos itens que, por sua vez, corresponde a 7 dos 10 itens dessa categoria. A evidenciação dessa categoria tende a ultrapassar os relatórios contábeis e evidenciar informações relacionadas a estrutura organizacional, bem como os principais mecanismos de governança (SILVA; MACAGNAN, 2012). Assim, a evidenciação dessas informações é oportuna a ICES por proporcionar a demonstração de quão seguro é seu sistema de governança,



sendo um diferencial que contribui para conquistar a confiança dos *stakeholders* e fortalecer sua legitimidade (SILVA; SEIBERT, 2016).

Destaca-se, portanto, que a ICES 1 evidenciou apenas 17,39% dos itens; a ICES 2 evidenciou 34,78% dos itens; e a ICES 3 evidenciou 56,52% dos itens da métrica considerados relevantes para a legitimação das ICES junto aos seus públicos de interesse. Destaca-se também que esse percentual demonstra a baixa utilização desse mecanismo de prestação de contas por parte das ICES, desperdiçando uma oportunidade de evidenciação com baixos custos.

Além dos itens da métrica utilizada na pesquisa, observou-se outras informações relevantes nas páginas eletrônicas das Instituições e que podem ser um diferencial entre elas na busca por atender as expectativas dos *stakeholders*. No quadro 3 estão elencando os itens evidenciados.

Quadro 3 - Outras informações evidenciadas pelas ICES

Itens	ICES 1	ICES 2	ICES 3
Associação dos Funcionários da Instituição			X
Atendimento / Contato Online		X	
Avaliação do MEC por curso		X	
Avaliação Institucional	X	X	
Banco de Imagens		X	
Bolsas de Estudo	X	X	X
Calendário de Eventos da Instituição	X	X	
Centro de Equoterapia			X
CIPA	X		
Clínica de Psicologia			X
Comitês (CIAP, CIAPEX, CEP)			X
Comitê de Ética		X	
CPA - Comissão Própria de Avaliação	X	X	
Cronograma de Formaturas	X		X
DCE	X	X	
Editora da Instituição			X
Estrutura Curricular	X		
Extensão	X		
Farmácia			X
Grupos de Pesquisa e Projetos	X	X	X
História da Instituição	X	X	X
Incubadora de Inovação Tecnológica		X	X
Intercâmbio			X
Jornal da Instituição	X		



Manual de Identidade Visual	X	X	
Mapa do Campus	X	X	
Núcleo de Apoio ao Estudante	X		X
Núcleo de Práticas Jurídicas			X
Número de docentes e discentes			X
Organograma da Estrutura Administrativa		X	X
Ouvidoria	X	X	
Pesquisa e Inovação	X		
Plano de Gestão			X
Portal de Notícias da Instituição	X	X	
Professores e Coordenadores por Curso	X		
Programa de TV da Instituição	X		
Projeto Universidade Aberta para a Terceira Idade			X
Rádio Universitária		X	
Revistas Científicas da Instituição		X	X
Serviços			X
Trabalhe conosco	X		

É possível verificar que há evidência de informações em comum entre as três ICES, como: grupos de pesquisas e projetos, história da Instituição e bolsas de estudos. As informações evidenciadas por duas ICES são: avaliação institucional, calendários de eventos, comissão própria de avaliação, cronograma de formaturas, DCE, incubadora, manual de identidade visual, núcleo de apoio de estudante, organograma, ouvidoria, portal de notícias e revistas científicas.

Observou-se que apenas a ICES 1 evidenciou possuir programa de TV e jornal próprios da Instituição, estrutura curricular, a comissão interna de prevenção de acidentes, extensão, pesquisa e inovação e acesso ao trabalhe conosco. A ICES 2 é a única entre as demais Instituições consultadas a disponibilizar contato on-line, banco de imagens, evidenciar a avaliação do MEC, comitê de ética e rádio universitária. Por outro lado, somente a ICES 3 evidenciou informações sobre associação de funcionários, centro de equoterapia, comitês (CIAP, CIAPEX, CEP), clínica de psicologia, editora institucional, farmácia, intercâmbio, núcleo de práticas jurídicas, número de docentes e discentes, plano de gestão, projeto Universidade Aberta e serviços.

Percebe-se que mesmo havendo pouca evidência, quando considerado os itens da métrica da pesquisa, as ICES buscam manter seus *stakeholders* informados, porém com outro tipo de informações. Salienta-se que a evidência



fornece subsídios para tomada de decisões, por isso, quanto maior for a extensão da evidenciação, melhor (ALBUQUERQUE, 2007). Quando se trata das ICES estudadas, a tomada de decisão se dá pela escolha do cliente entre as mesmas, ou seja, elas são concorrentes entre si por se localizarem na mesma região geográfica.

A evidenciação em um formato útil e de maneira oportuna sugere ao seus *stakeholders* o desenvolvimento de boas práticas de governança, atendendo aos princípios da transparência e da prestação de contas, bem como, a preocupação das ICES em demonstrar seus esforços para cumprimento do contrato social pré-estabelecido (SEIBERT; MACAGNAN, 2015; 2017). Por consequência, as Instituições fortalecem a sua legitimidade, garantindo credibilidade e o direito de continuidade na comunidade onde estão inseridas (MICHELON, 2011; O'DONOVAN, 2002; SUCHMAN, 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo verificar quais são as informações evidenciadas pelas ICES, em suas páginas eletrônicas da *Internet*. Essa observação foi realizada em três Instituições, num primeiro momento, utilizando-se uma métrica desenvolvida com categorias e itens, consideradas relevante para a evidenciação, a partir da revisão de estudo teóricos-empíricos e do GRI. Num segundo momento se buscou nas páginas eletrônicas de internet o que essas ICES evidenciam além da métrica que também pode ser do interesse de seus *stakeholders*.

A partir da métrica, quanto as informações de caráter econômica e financeira, observou-se que apenas a ICES 3 evidenciou-as em número mais expressivo, embora com algumas informações desatualizadas. Nas demais, apenas dados referentes ao preço dos produtos ofertados (no caso cursos) foram evidenciados. As informações sobre governança e sistema, foi evidenciada expressivamente pela ICES 2, com 70% dos itens possíveis para evidenciação, seguida pela ICES 3 com 60% dos itens evidenciados. Destaca-se que nenhuma das ICES evidenciou informações de cunho ambiental, mas outras informações foram observadas nas páginas eletrônicas das



ICES, como, por exemplo: avaliação institucional, número de docentes e discentes, trabalhe conosco, bolsas de estudos e grupos de pesquisa.

Mesmo havendo uma diversidade de informações evidenciadas nas páginas consultadas, pode-se inferir que as ICES poderiam disponibilizar mais informações relevantes, principalmente de caráter ambiental e econômico-financeiro. Cabe frisar que ausência dessas informações não representa a performance das Instituições, porém pouco tem-se utilizado esse meio de comunicação para demonstrar aos seus *stakeholders* o atendimento de suas expectativas, demonstrando o retorno social como forma de prestação de contas e transparência das ICES.

Destaca-se que o capítulo contribui com as discussões sobre a evidenciação de organizações e, mais uma vez, demonstra que o canal de comunicação Internet, ainda é pouco explorado. Isso ocorre porque as informações evidenciadas são poucas, quando se trata de uma métrica pré-estabelecida. Nesse sentido, esse capítulo também contribui com as ICES fornecendo uma métrica de categorias e itens básicos que podem ser utilizados na definição de estratégias e políticas de evidenciação dessas organizações.

Por fim, o estudo envolveu apenas três Instituições Comunitárias de Ensino Superior –ICES, três categorias de evidenciação que totalizaram 23 itens, fatores esses que se configuram como limitações da pesquisa. Essas limitações podem ser motivadoras de futuras pesquisas com ampliação do número de ICES, categorias e itens analisados, para a obtenção de resultados mais relevantes ao que tange a transparência e prestação de contas dessas organizações, bem como de outras organizações que também poderão ser objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. S. **O Nível de evidenciação das informações contábeis geradas pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP do Estado da Paraíba**. 2007. 130 f. Dissertação, Mestrado em Ciências Contábeis, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis das UnB, UFPB e UFRN, João Pessoa, 2007.



ARCHEL, P.; FERNÁNDEZ, M.; LARRINAGA, C. The Organizational and Operational Boundaries of Triple Bottom Line Reporting: A Survey. **Environmental Management**, n. 41, p. 116-117, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOFF, M. L. **Estratégias de legitimidade organizacional de Lindblom na evidenciação ambiental e social em relatórios da administração de empresas familiares**. 2007. 160 f. Dissertação, Mestrado em Ciências Contábeis, Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.

BUSHMAN, R.; PITROSKI, J. SMITH A. What determines corporate transparency? **Journal of Accounting Research**, v. 42, p. 207-253, 2004.

_____; SMITH, A. Transparency, financial accounting information, and corporate governance. **FRBNY Economic Policy Review**, April, p. 65-87, 2003.

CHO, C. H.; PATTEN, D. M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. **Accounting, Organizations and Society**, v.32, n.7, p. 639-647, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.09.009>

CORMIER, D.; MAGNAN, M. The economic relevance of environmental disclosure and its impact on corporate legitimacy: an empirical investigation. **Business Strategy and the Environment**, v. 24, n. 6, p. 431-450, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1002/bse.1829>

CORREA, J. C.; GONÇALVES, M. N.; MORAES, R. O. Disclosure ambiental das companhias do setor petróleo, gás e biocombustíveis listadas na BM&FBovespa: Uma análise à luz da teoria da legitimidade. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, p.139-154, 2015. DOI: 10.5585/geas.v4i3.254

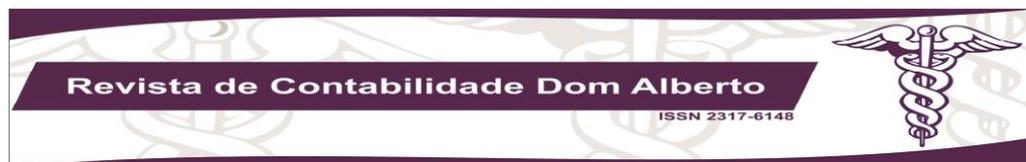
DANTAS, J. A. et al. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia & Gestão**, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2005.

DEEGAN, C. Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures-a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>

DYCK, A; ZINGALES, L. The Corporate Governance Role of the Media. **Working Paper 9309**. National Bureau of Economic Research, - Cambridge, Massachusetts, 2002.

DYE, R. A. Proprietary and nonproprietary disclosures. **The Journal of Business**, v. 59, n. 2, p. 331-366, 1986.

FIFKA, M. S. Corporate responsibility reporting and its determinants in comparative perspective: a review of the empirical literature and a meta-analysis. **Business Strategy and the Environment**, v. 9, n. 2, p. 50-67, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1002/bse.729>



GRI - GLOBAL REPORTING INICIATIVE. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**, 2016. Disponível em <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G3.1.pdf>.

Acessado em 20 jun. de 2017.

GIBBINS, M.; RICHARDSON, A.; WATERHOUSE, J. The management of corporate financial disclosure: Opportunism, ritualism, policies and process. **Journal of Accounting Research**, v. 28, p. 121-143, 1990.

GRAY, R.; KOUHY, R.; LAVERS, S. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 8, n. 2, p. 47-77, 1995.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J. **Accounting for the environment**. 2^a ed. London: Sage, 2001.

HACKSTON D.; MILNE, M. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 9, n. 1, p. 77-108, 1996.

HANSMANN, H. B. The role of nonprofit enterprise. **The Yale Law Journal**, v. 89, n. 5, p. 835-902, 1980.

HARRISON, T. D.; LAINCZ, C. A. Entry and exit in the nonprofit sector. **The B.E. Journal of Economic Analysis & Policy**, 2008. DOI: <https://doi.org/10.2202/1935-1682.1937>

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

KELTON, A. S.; YANG, Y. The Impact of Corporate Governance on Internet Financial Reporting. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 27, n. 1, p. 62-87, 2008.

LINDBLOM, C. K. The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure: critical perspectives on accounting. In: **Critical Perspectives on Accounting Conference**. New York. 1994.

MARQUEZAN, L. H. F. et al. Análise dos determinantes do disclosure verde em relatórios anuais de empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v.18, n.1, p. 127-150, 2015.

MENDES-DA-SILVA, W., et al. Disclosure via website corporativo: um exame das informações financeiras da governança no mercado brasileiro. **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, n. 2, p. 190-205, abr./jun. 2009.

MICHELON, G. Sustainability disclosure and reputation: a comparative study. **Corporate Reputation Review**, v. 14, n. 2, p. 79-96, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1057/crr.2011.10>



- MORHARDT, J. E. Corporate social responsibility and sustainability reporting on the internet. **Business Strategy and the Environment**, v. 19, n. 7, p. 436-452, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1002/bse.657>
- MURCIA, F., et al. “*Disclosure verde*” nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a sua divulgação voluntária. **Revista UnB Contábil**, v. 11, n. 1-2, p. 260-278, 2008.
- NOSSA, V. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. 2002. 249f. Tese, Doutorado em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo.
- O'DONOVAN, G. Environmental disclosures in annual report. Extending the applicability & predictive power of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570210435870>
- PATTEN, D. M. Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. **Accounting, Organizations and Society**, v. 17, n. 5, pp. 471-5, 1992.
- PHILLIPS, R. Stakeholder legitimacy. **Business Ethics Quarterly**, v. 13, p. 25-41, 2003. DOI: <https://doi.org/10.5840/beq20031312>
- ROVER, S. et al. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. **Revista de Administração**, v. 47, n. 2, p. 217-230, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5700/rausp1035>
- SALAMON, L. **Global civil society: dimensions of the nonprofit sector**. Baltimore: The Johns Hopkins Centre for Civil Society Studies, 2004.
- SANTOS, C. M. V.; OHAYON, P.; PIMENTA, M. M. Disclosure via website e as características das empresas do terceiro setor: um estudo empírico das entidades cariocas. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 10, n. 1, p. 73-90, 2017. DOI: 10.14392/ASAA.2017100105
- SCHWARTZMAN, S. **Educação privada: direito ou função delegada?** 2005. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=12&lang=pt-br>> Acesso em: 20 mar. 2017.
- SEIBERT, R. M; MACAGNAN, C. B. Evidenciação das Instituições Comunitárias de Ensino Superior: Um estudo sob a perspectiva dos públicos de interesse. **Contextus Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 13, n. 2, p. 176-209, 2015
- _____; _____. **Responsabilidade social: a transparência das instituições de ensino superior filantrópicas**. Novas Edições Acadêmicas: 2017.
- SHOCKER, A. D.; SETHI, S. P. An approach to incorporating societal preferences in developing corporate action strategies. **California Management Review**, v. XV, n. 4, p. 97-105, 1973.



SILVA, R. C. F. et al. As boas práticas de governança: um estudo sobre a transparência e prestação de contas nas OSCIPs do RS. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 9, n. 3, p. 24-44, 2015. DOI: 10.5773/rgsa.v9i3.1104

_____; SEIBERT, R. M. Governança: os diferentes mecanismos de controle para organizações com e sem fins lucrativos. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI**, v. 12, p. 168-186, 2016.

SILVA, V.; MACAGNAN, C. Categorias de informações evidenciadas nos Relatórios Anuais. **REDES - Revista de Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 154-174, 2012.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, n. 32, p. 97-180, 2001.

WAGENHOFER, A. Voluntary disclosure with a strategic opponent. **Journal of Accounting & Economics**, v. 12, p. 341-363, 1990.

YUSOFF, H.; LEHMAN, G.; NASIR, N.: Environmental engagements through the lens of disclosure practices: a Malaysian story. **Asian Review of Accounting**, V. 14, p. 122-48, 2006.

ZAINON, S.; ATAN, R.; WAH, Y. B. An empirical study on the determinants of information disclosure of Malaysian non-profit organizations. **Asian Review of Accounting**, v.22, n. 1, p. 35-55, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1108/ARA-04-2013-0026>.